

Informação musical: sistemas de classificação sob o olhar da semiótica

Lígia Maria Arruda Café

Doutora em Linguística pela Université Laval (UL) - Canadá. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9103205400963118>

E-mail: ligia.cafe@ufsc.br

Camila Monteiro de Barros

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC – Brasil. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/1818999454664723>

E-mail: camila.c.m.b@ufsc.br

Recebido em: 10/07/2014. Aprovado em: 20/08/2015. Publicado em: 15/01/2016.

RESUMO

Apresenta reflexão sobre a necessidade de um olhar fenomenológico aos objetos da classificação, especialmente quando se trata de operar com a dimensão emocional, enraizada na individualidade da experiência humana. A base emocional (primeiridade) do significado da música é evidenciada, tornando-se a linha condutora do percurso reflexivo apresentado. Para tanto, utiliza-se o instrumental conceitual da filosofia e da semiótica de Pierce (1839- 1914), principalmente os conceitos de interpretante e hábito. Conclui-se que, nesse viés, classes gerais definidas a priori não parecem representar parâmetros de classificação totalmente relevantes, passando-se a pensar o processo classificatório em relação aos níveis de significado, o que, entende-se, possibilita maior flexibilidade, expansão e adequação.

Palavras-chave: Sistemas de classificação. Informação musical. Semiótica.

Music information: classification systems from a semiotic perspective

ABSTRACT

Presents a reflection about the need for a phenomenological perspective on classification objects, particularly when working at the emotional level, rooted in the individuality of human experience. The emotional base (firstness) of music meaning is highlighted, and this is the underlying theoretical background for the considerations herein presented. Therefore, the conceptual framework of Pierce's (1839-1914) Philosophy and Semiotics is used, in particular his concepts of interpretant habit. From this perspective, concludes that generalized classes defined a priori do not seem to fully represent relevant parameters for classification; rather, the classification process in relation to levels of meaning should be considered, which, from this perspective, allow more flexibility, expansiveness and adequacy.

Keywords: Classification systems. Music information. Semiotics.

Información musical: sistemas de clasificación desde la perspectiva de la semiótica

RESUMEN

Presenta reflexión sobre la necesidad de una perspectiva fenomenológica en los objetos de clasificación, especialmente cuando se trata de operar con la dimensión emocional, enraizada en la individualidad de la experiencia humana. La base emocional (primeridad) del significado de la música es evidenciada, convirtiéndose en la línea conductora de la trayectoria reflexiva presentada. Para tanto, el instrumental conceptual de la filosofía y de la semiótica de Pierce (1839- 1914) es usada, principalmente los conceptos de interpretante y hábito. Se concluye que, desde este punto de vista, clases generales definidas a priori no parecen representar parámetros de clasificación totalmente relevantes, pensándose entonces el proceso clasificatorio en relación a los niveles de significado, lo que, se entiende, posibilita mayor flexibilidad, expansión y adecuación.

Palabras clave: Sistemas de clasificación. Información musical. Semiótica.

CLASSIFICAÇÃO

A classificação envolve um processo de raciocínio exercido sobre um conjunto de objetos, saberes, seres, pessoas – cujo elemento classificador evidenciado faz surgir certos agrupamentos – e relações. Assim, pode-se dizer que a classificação é uma atividade fundamentalmente lógica. Nesse sentido, conforme expõe Pombo (1998), a filosofia adquire papel importante tanto na fundamentação do elemento classificador quanto na reflexão sobre a validade do ato de classificar. A validade do ato de classificar e, por conseguinte, das semelhanças daí advindas e interpostas aos objetos classificados, é verificada em relação ao seu propósito. Mai (2011) aponta que, além do propósito, também o contexto de aplicação da classificação deve ser considerado para que se possa fazer qualquer julgamento quanto a sua validade. O autor afirma que conhecer apenas as regras e fundamentos classificatórios não é suficiente para compreender a totalidade de sua funcionalidade. A classificação corresponde a uma espécie de necessidade organizadora humana ou ainda a uma expectativa de se entender certo espaço de conhecimento. Daí decorre que o elemento classificador será aquele que melhor reflete tal expectativa e atende tal necessidade. Em outras palavras: por que classifico?

Nesse sentido, García Gutiérrez (2011) explora um novo olhar que o autor chama de desclassificação. A desclassificação incorpora à classificação as noções de pluralidade, dúvida, contradição, falibilismo e outros aspectos que emergem naturalmente do ato classificatório, considerado sob o prisma de uma lógica não-essencialista. Para García Gutiérrez (2011), o classificador precisa conscientemente tomar a posição de total incompletude e parcialidade, à medida que exige de si mesmo um olhar fixo direcionado a objetos fixados conforme a conveniência da classificação, “paralisando o mundo a partir de uma perspectiva esclerosada”. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 10, tradução nossa¹).

¹ “paralyzing the world from a sclerotic perspective”. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 10)

A classificação gera, inevitavelmente, um resultado que se expressa de modo mais ou menos objetivado. Assim, o modo como uma pessoa entende a realidade que a cerca, como observa os fenômenos, uns em relação aos outros na sua experiência fenomenológica; atende ao seu propósito de compreender o mundo e está expressa na construção subjetiva da significação, que, possivelmente, poderá não encontrar correspondência plena na vivência de outras pessoas. Nas classificações bibliográficas, o resultado é objetivado simbolicamente, ou seja, é registrado com o uso de conceitos. Logo, uma vez sendo fruto de um processo classificatório de saberes (POMBO, 1998), a classificação bibliográfica se torna novo elemento classificador de informação. Nesse contexto, a evidência recai na afinidade a ser buscada entre o princípio classificador, isto é, o elemento ou a base sobre a qual a classificação se desenvolverá; o contexto e o propósito; sendo que o primeiro será definitivo na modelagem da estrutura que resulta da classificação.

Se nos voltarmos ao contexto do *homo academicus* (BOURDIEU, 2013), ou seja, o universo do conhecimento científico, suas divisões encontram reflexo nos estratos sociais do domínio profissional e também em sistemas de classificação institucionalizados voltados não à recuperação da informação, mas à gestão e avaliação (SOUZA, 2006), como aqueles utilizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essa expressão da classificação das áreas de conhecimento encontra fundamento na divisão social do trabalho, conforme aponta Hjørland (2002) na sua definição de domínio de conhecimento. Seguramente, pode-se assinalar que os sistemas de classificação bibliográfica, tradicionalmente, estão ancorados na conjuntura da ciência, resultando na divisão do conhecimento em disciplinas.

Sabe-se das problemáticas que envolvem as classificações universais que se estruturam num modo dedutivo de associar conceitos às classes: não é possível atingir um nível suficiente de

especificidade na representação de assuntos, pois as relações são limitadas à divisão primária das grandes classes, dificultando o cruzamento de relações entre outros. À Classificação Decimal Universal (CDU), sistema universal de classificação, Farradane (1985) já imputava fortes críticas que podem ser estendidas à Classificação Decimal de Dewey (CDD): o autor defende que a subdivisão de classes não se direciona ao detalhamento, mas sim à geração de novas classes igualmente complexas. De fato, o movimento classificatório do ir e vir, do geral e do específico, pode ser indefinidamente realizado, pois como o próprio Farradane (1985) afirmou, o verdadeiro significado é aquele estabelecido “em relação a”, ou seja, não de forma absoluta. Em busca do utópico objetivo de abranger a totalidade do conhecimento, a criação de tabelas auxiliares, índices remissivos, redes de relacionamentos entre tópicos gera uma estrutura circular, uma mescla de conceitos. Assim, essas classificações se aproximam de uma tentativa de propiciar algum nível analítico-sintético da análise de assunto. E, entretanto, isso não caracteriza uma estrutura indutiva, pois a proposta tem como fundamento classes e subclasses pré-coordenadas (BROUGHTON, 2006).

As classificações facetadas, como a de Ranganathan e a proposta do *Classification Research Group* (CRG) permitem, na sua elaboração, certa flexibilidade no ajuste à natureza do objeto classificado, pois estão ancoradas no pensamento *bottom-up* (SPITERI, 2010). Já na sua aplicação, as classificações facetadas têm base no método analítico-sintético. Broughton (2006) explica que, especialmente nas classificações utilizadas na Web, é possível observar que as facetas e os conceitos que as constituem surgem dos atributos dos próprios objetos a serem classificados; essa perspectiva caracteriza a base de qualquer classificação facetada. Na teoria da classificação facetada, as facetas são as representações das categorias mais gerais dentro da área específica de conhecimento.

Percebe-se que a principal diferença entre as classificações hierárquicas e as facetadas é que a primeira se baseia em uma hierarquia de assuntos

derivados de classes gerais, já a segunda viabiliza a classificação do assunto em uma classe geral, posteriormente relacionado a várias facetas.

Buscar alto nível de qualidade na representação de assunto preconiza um movimento que, ao fim e ao cabo, se dirige aos aspectos básicos das relações mais elementares dos fenômenos. É nessas relações fundamentais que se pode encontrar a ampla gama de significados a serem combinados de diferentes formas, garantindo validade junto ao propósito da classificação. Essas relações básicas constituem a essência do pensamento classificatório indutivo.

A música no âmbito da ciência da informação (CI) é informação musical, ou seja, é elemento que precisa ser internalizado nos processos da CI que, por sua vez, tem a responsabilidade de compreender seu fluxo, os aspectos que interferem na sua recuperação, uso e socialização. No entanto, a natureza desse tipo de informação engendra, no contato com seu receptor, caminhos diferentes daqueles da informação verbal. Esse aspecto se revela especialmente no uso que será feito da música, isto é; a música vista como uma ciência, cujo objeto de análise é a música, tem, na sua classificação, amparo nos paradigmas dessa ciência. Entretanto, nem sempre se torna eficiente essa transferência de paradigmas da música para a CI (ABRAHAMSEN, 2003). Já o uso da música para fins recreativos evidencia características que têm amparo coletivo (o nível social) e individual (o nível fenomenológico).

Se nos voltarmos ao universo da música como arte, veremos que as relações fundamentais dos fenômenos e dos significados não são tão evidentes quanto aquelas observadas a partir das classificações das ciências. Martinez (2001) expõe que a natureza do signo musical é acústica; no entanto, qualquer coisa, sonora ou não, pode estar relacionada ao signo musical: gravações, instrumentos musicais, cultura musical, etc.; o que torna a música um sistema semiótico muito flexível. É importante notar o esclarecimento de Dewey (2010) que o que caracteriza um objeto artístico é a sua desvinculação da utilidade, ou seja, é o momento em que se

ultrapassa a nomeação da forma e se mergulha na experiência puramente estética: é o campo do sentimento, da emoção. Aqui, o pensamento dedutivo não encontra espaço; analisar quais seriam as facetas de uma emoção é distanciar-se da própria natureza da emoção, e o pensamento indutivo lida com significados muito mais sutis e individuais.

Bem, se conhecemos os desafios que se fazem presentes nas classificações que encontram fundamento nas instâncias socialmente institucionalizadas, como operar com conceitos da dimensão emocional, enraizados na individualidade da experiência humana, dos quais não se tem nenhum controle sobre o significado? Quais seriam as classes que agrupariam tais conceitos? Como operar um processo classificatório num universo tão fluido e inexacto?

Mai (2011) enfatiza que na sociedade atual a diversidade da experiência humana tem se mostrado central na referência interpretativa dos fenômenos que passam a assumir cada vez mais seu caráter plural. Para o autor é esse princípio, pautado na possibilidade de múltiplas interpretações dos fenômenos, que deve guiar a construção de classificações. As teorias tradicionais de classificação não dão conta de mapear áreas da experiência humana que não se expressam simbolicamente, ou seja, que não são conceitos objetivados, exteriorizados de forma sistemática. Surge, portanto, a necessidade de um olhar fenomenológico aos objetos da classificação. A Web é sem dúvida um ambiente muito propício para que se possa visualizar a constante interação dos fenômenos que, experimentados individualmente pelas pessoas, são expressos em um ambiente comum e colaborativo de onde surgem as mais diversas formas de classificação de conteúdos.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a necessidade de um olhar fenomenológico aos objetos da classificação, especialmente quando se trata de operar com significados da dimensão emocional. Para tanto, utilizamos o instrumental conceitual da filosofia e da semiótica de Peirce (1839- 1914), principalmente os conceitos de interpretante e hábito.

CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO MUSICAL: PERSPECTIVA SEMIÓTICA

Considerando o contexto colocado anteriormente, abre-se uma lacuna na qual o instrumental conceitual da filosofia e da semiótica de Peirce apresenta fundamentos que acreditamos serem capazes de preenchê-la. Toda a filosofia de Peirce está baseada nos conceitos das três categorias fenomenológicas fundamentais: primeiridade (*firstness*), secundidade (*secondness*) e terceiridade (*thirdness*).

É importante esclarecer (Silveira, 2007) que as categorias universais propostas por Peirce tratam da forma como as aparências articulam-se para uma mente, ou seja, da forma como os fenômenos se apresentam na experiência; assim, sua descrição fenomenológica é obtida indutivamente, da própria experiência.

A primeiridade está relacionada com o sentimento, “um sentir meramente passivo que não atua e não julga” (PEIRCE, 1995, p. 14), a consciência de um instante no tempo, “consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise.” (idem). Na primeiridade não existe a análise do fenômeno, pois a análise implica a interação da mente com relação a algum entendimento das partes do fenômeno, situação que traria a presença da secundidade e até da terceiridade. Assim, na primeiridade, dá-se apenas a sensação imediata e espontânea.

A secundidade, segundo Peirce (1995, p. 14), compreende um “sentido de resistência [da consciência], de um fato externo ou outra coisa”. Para Nöth (2003, p. 64), a secundidade é a categoria da comparação, da “realidade e da experiência no tempo e no espaço”. Santaella (2009) observa que a secundidade é a ação cotidiana da consciência, reagindo em relação ao mundo.

A terceiridade é a “consciência sintética, reunindo tempo, sentido de aprendizado, pensamento” (PEIRCE, 1995, p. 14). Na categoria da terceiridade, por meio do pensamento, representamos e reconhecemos o mundo; assim, acontece a relação de um fenômeno segundo, ou seja, relativo à

secundidade, a um fenômeno terceiro que ocorre na camada da inteligibilidade, no pensamento em signos. (NÖTH, 2003; SANTAELLA, 2009). Neste âmbito fenomenológico, está presente a cognição que, para Peirce (1995), abarca todos os tipos de consciência, todos os fenômenos mentais (sentimento, sentido de realidade, pensamento...). Essa vivência está constantemente em desenvolvimento, à medida que é atualizada na experiência signica, ou seja, não pode ser imediata porque não tem como ocorrer em um instante: a cognição implica processo.

Não nos cabe detalhar toda a teoria de Peirce, porém o que é mais relevante nessa discussão é a noção de interpretante; um dispositivo conceitual que permite clarificar e discutir não os conceitos, mas os significados que a música pode ter para uma pessoa [individual] ou um grupo. Em Peirce, os conceitos são signos do tipo simbólico, enquanto o significado é realizado em diferentes tipos de signos, dependendo da relação que o signo estabelece: em si mesmo, com o objeto e com o interpretante. Por isso, a noção de significado é mais ampla que a de conceito.

A semiótica mergulha na relação que se estabelece entre a experiência e os processos que a mente desenvolve na interpretação dessa experiência e na formação de significado. Para Peirce, o signo representa um objeto, e o representa para alguém, ou seja, gera um efeito de significado na mente que interpreta o signo. Este efeito de significado é o interpretante, um correlato da mesma natureza do signo que dá início a um novo processo de semiose. Para o desenvolvimento de sistemas de classificação, é necessário que a mente que classifica empreenda um exercício abduutivo, ou seja, um exercício de construção de hipóteses que exige uma plasticidade criativa da mente. Esse exercício criativo precisa tornar a mente capaz de imaginar quais poderiam ser os efeitos de significados, isto é, os interpretantes, que se estabeleceriam nas mentes dos usuários com relação aos conceitos (que são signos) sobre os quais se realiza a classificação.

A compreensão da realidade de forma sempre aproximativa e nunca final é o que Mai (2011) chama de distância semiótica. Assim, ainda que seja possível empreender esse esforço criativo, para Peirce, o significado tem uma natureza evolutiva, isto é, ele se desenvolve e se ajusta a cada nova experiência do indivíduo com a realidade. Isso sugere certo movimento ao significado que faz surgir um conflito quando da tentativa de fixá-lo em qualquer definição classificatória. Essa é uma questão que traz sérias implicações para a ratificação da validade dos sistemas de classificação de estrutura mais rígida, especialmente quando considerados sob o ponto de vista diacrônico que pressupõe a continuidade da significação.

Entretanto, o pragmatismo peirceano vem trazer uma relação mais direta entre o significado e a ação, que pode ser uma interlocução profícua com a CI no campo da classificação. Nesse contexto surge a noção de hábito, que é o próprio interpretante. Porém não se trata de qualquer tipo de interpretante, mas do interpretante lógico.

O interpretante peirceano é dividido em três tipos: interpretante imediato, interpretante dinâmico e interpretante final. Santaella (2009, p. 47) explica que o interpretante imediato “é aquilo que o signo está apto a produzir como efeito”, ou seja, é um potencial significativo do signo antes mesmo que haja um intérprete. O interpretante dinâmico é o “real efeito que o signo, enquanto signo, de fato determina” (CP 4.536²), ou seja, é a significação consumada, específica, particular gerada em uma mente. O processo evolutivo de significação se movimenta em direção a um significado ideal, a que Peirce (1995) denomina interpretante final ou normal. Para Silveira (2007), esse tipo de interpretante seria a convergência do processo de significação para a mais completa e adequada representação, sendo, portanto, a compreensão

² Estudiosos e comentadores da obra de Peirce usualmente utilizam a sigla CP seguida do número do volume e do parágrafo para fazer referência à obra *Collected Papers of Charles Sanders Peirce* (PEIRCE, 1994)

ideal da realidade a ser buscada na evolução do espírito e na aproximação da verdade, mas que não necessariamente será alcançada de fato.

O interpretante peirceano é ainda dividido em outra tricotomia, a saber: emocional, energético e lógico. No **nível emocional** do interpretante, Peirce traz a seguinte designação:

O primeiro efeito significado de um signo é o sentimento por ele provocado. Na maior parte das vezes, existe um sentimento que interpretamos como prova de que compreendemos o efeito específico de um signo, embora a base da verdade neste caso seja frequentemente muito pequena. (CP 5.475, tradução nossa³).

Percebe-se que o interpretante emocional é caracterizado pela primeiridade e, portanto, é da natureza de um sentimento. Um signo pode produzir apenas esse efeito emocional ou produzir os outros dois efeitos, dos quais o nível emocional sempre fará parte.

O interpretante de nível energético implica o emprego de um esforço físico ou mental, uma ação, relacionada à categoria de secundidade. Para Peirce, o efeito significado do interpretante energético “nunca poderá ser o significado de um conceito intelectual uma vez que é um ato singular, enquanto um conceito é de natureza geral.” (CP 5.475, tradução nossa⁴). Da natureza de um conceito geral, e, portanto, da categoria da terceiridade, decorre o interpretante lógico que está relacionado ao pensar, entender, inferir, ou seja, atos cognitivos que se guiam por regras de natureza geral.

Entre os estudiosos da obra de Peirce (SANTAELLA, 2009; SILVEIRA, 2007, NÖTH, 2003) não há consenso se a segunda tricotomia do interpretante (emocional, energético e lógico) se aplica a cada um

dos interpretantes da primeira tricotomia, como defende Silveira (2007), ou se aplica-se apenas ao interpretante dinâmico, como defende Santaella (2009). Na presente discussão, adotaremos o entendimento de Silveira (2007) de que cada interpretante (imediate, dinâmico e final) pode se manifestar em relação a cada uma das categorias fenomenológicas (primeiridade, secundidade e terceiridade) e, portanto, em cada um dos três níveis. Essa abordagem nos permite um fino entendimento de cada nível de efeito de significado que pode ocorrer em uma mente individual.

Mas agora, retomemos a discussão do hábito. Conforme postula a ideia de interpretante final, a atualização do significado pode ser entendida como uma tentativa de constante aproximação da verdade. Considerando que a teoria de Peirce pode servir para explicar a formação do significado tanto em situações simples quanto nas mais complexas, isso pode ser ilustrado no simples exemplo de uma criança que, em detrimento dos avisos dos pais, só se convence de que o fogo queima ao ter contato com o fogo e, da sua própria experiência, atualiza seu entendimento sobre o fogo; assim, em próxima situação similar, provavelmente a criança não mais porá a mão no fogo. Daí extrai-se o conceito de hábito. Para Peirce, o hábito é uma tendência à regularidade, ou seja, a mente interpretante desenvolve uma significação de natureza geral – portanto, de natureza de lei, isto é, de terceiridade – que atua sobre a ação futura. Nesse sentido, o hábito é como um comportamento previsível, porém sem eliminar a liberdade na atualização desse hábito; pois se entende que as regularidades não são absolutas, mas estão em evolução para certo grau de aproximação de como a mente ou o mundo orgânico geral deve se comportar, tendo a formação do hábito como um limite ideal desse comportamento, mas ainda assim, com o acaso presente em qualquer tempo dado. A essa regra de ação que provoca o surgimento de um hábito Peirce (1975) denomina crença: “a essência da crença é a criação de um hábito e diferentes crenças se distinguem pelos diferentes tipos de ação a que dão lugar.” (PEIRCE, 1975, p. 56).

³ The first proper significate effect of a sign is a feeling produced by it. There is almost always a feeling which we come to interpret as evidence that we comprehend the proper effect of the sign, although the foundation of truth in this is frequently very slight. (CP 5.475)

⁴ “It never can be the meaning of an intellectual concept, since it is a single act, [while] such a concept is of a general nature”. (CP 5.475)

O contato do receptor com a música tem fundamento emocional, ou seja, o interpretante dinâmico terá sempre a presença prevalente da primeiridade. Ainda que o receptor, dependendo da relação que tem com a música, seja capaz de alcançar o nível lógico (como na compreensão da estrutura musical), o interpretante emocional estará sempre presente. É importante ressaltar que Peirce expõe que no alcance do interpretante energético, o emocional estará também presente. O mesmo ocorre com o interpretante lógico, que inclui o emocional e o energético. Entretanto, na música o interpretante emocional encontra expressão significativa, evidente, marcante. Para Martinez (2001), o estudo da semiótica da música com relação à natureza do interpretante (emocional, energético, lógico) pode ser dividido em três subcampos: i) a percepção musical - primeiridade, ii) a performance que inclui formas de tocar, cantar, conduzir - secundidade, iii) a inteligência musical (análise, crítica, educação, teoria) e composição (a elaboração intelectual baseada nos três níveis) - terceiridade. Se trouxermos a discussão para a possibilidade de uma pessoa alcançar os interpretantes em cada um desses subcampos, veremos que aqueles que não estão envolvidos com a prática ou com o conhecimento musical estrutural terão seus interpretantes fundamentados na primeiridade, isto é, na percepção musical.

Pode-se inferir que os significados que surgem nesse nível emocional e que são exteriorizados mostram suas regularidades, por exemplo, nas categorias presentes em *sites* baseadas nas recomendações de uso da música em atividades diversas, como estudar, descansar, etc.; nos estudos sobre relevância na recuperação musical (LAPLANTE, 2010) e sobre similaridade entre músicas (LEE, 2011). No que concerne à similaridade, Lee (2011) afirma que esta é uma avaliação estritamente humana, pois os motivos que levam uma pessoa a reconhecer a similaridade entre músicas são muito diversos e tornam-se, assim, um desafio para a geração de *playlists* automáticas (em que o sistema, baseado nas músicas que o usuário costuma ouvir, recomenda

uma música considerada similar). Entre os fatores que influenciam na avaliação de similaridade estão a familiaridade com a música, a preferência pessoal, e outros. Ora, “familiaridade” e “preferência pessoal” são valores intimamente ligados a fenômenos de primeiridade e podem ser resultados de qualquer nível do interpretante, dependendo, inclusive, do que a própria pessoa considera “preferência” e “familiaridade”. Em estudo sobre os aspectos que interferem na inferência de relevância na busca e recuperação de música na vida de jovens adultos, Laplante (2010) apontou, além dos metadados de representação das músicas e a descrição crítica realizada por outras pessoas, o papel que a música exerce na vida dos jovens. A autora também relatou o que chamou de “contexto interno”, isto é, estado de ânimo, gostos e crenças pessoais. Novamente, os interpretantes emocionais se interpõem à relação dos usuários com a música.

Na música, a relação que se põe entre classificação, interpretante emocional e hábito é a questão de que, para a CI, ainda parece não ser possível explorar a noção de classificação com significados que não têm como serem externalizados, como aqueles puramente da primeiridade que é a categoria que agrupa os sentimentos, impressões passageiras não intencionais, mônadas, positivas. Santaella (2008, p.10) expõe que “pensamentos, emoções e reações podem ser externalizados. Essas externalizações são traduções mais ou menos fiéis de signos internos para signos externos”. Ao observar certos termos atribuídos às músicas e categorias de músicas em *sites* da internet, vemos que se trata, muitas vezes, da exposição de sentimentos ou de valores fundados em sensações percebidas pelos usuários. Alguns exemplos são o *sitesuperplayer*⁵ e o *sitemusicoverly*⁶. O *superplayer* traz *playlists* prontas para cada categoria e subcategoria como: “esquenta para o jogo”, “animado”,

⁵ Disponível em: <<http://www.superplayer.fm/>>

⁶ Disponível em: <<http://musicoverly.com/>>

“aloka”, “dor de cotovelo”, “assustado”, “bebendo no boteco”, “arrumando as malas”, entre outras. O *musicoverly* disponibiliza quatro categorias da dimensão emocional: “*energetic*”, “*positive*”, “*dark*”, “*calm*”. As músicas são classificadas em vários níveis conforme a proximidade com cada uma dessas categorias, e na classificação por gênero musical o *site* associa cores a cada gênero.

Os termos representam conceitos, e os conceitos carregam uma generalidade, uma abstração conceitual de um fenômeno que é validada pela convenção social de seu significado. Sendo de terceiridade, o conceito é, portanto, de nível lógico. Aí se percebe a hipótese de se vislumbrar uma espécie de transição do interpretante emocional para o interpretante lógico. É fato que essa transição não é direta nem exata, na medida em que a linguagem verbal reflete características culturais e sociais desenvolvidas historicamente e nem sempre estarão em plena convergência de significado com aquilo que de fato é experienciado ao se ouvir música (ABRAHAMSEN, 2003). Porém, é a partir do alicerce emocional em que se funda a significação da música que se dará a sua expressão - necessária para a comunicação no ambiente em rede - levada a cabo por meio de termos e conceitos.

Ora, e o hábito? O hábito permite à CI compreender uma regularidade, não rígida e nem estática, que empresta significados recorrentes, validados socialmente, à música. Se o hábito é um comportamento previsível, significa também que certas condutas de ação serão validadas a cada experiência individual em situações similares; em outras palavras, é possível observar o comportamento social de classificação da música e buscar tais regularidades. Por essa linha de pensamento parece ser viável extrair categorias classificatórias da música, a exemplo das classificações colaborativas da internet.

Esse tipo de classificação social é dinâmico e está em constante atualização, na medida em que os usuários expõem suas opiniões a respeito de determinada música ou banda, indicam uma etiqueta de certo gênero musical, registram uma nacionalidade, uma recomendação de uso, etc. À parte da discussão que pode abranger a funcionalidade das aplicações tecnológicas, essa conformação de socialização informacional é uma perspectiva semiótica que se lança no olhar sobre a classificação. Primeiro porque lida com as relações fundamentais entre os fenômenos, permitindo um processo indutivo de agrupamento de elementos em classes que surgem justamente em função desses agrupamentos; ou seja, *a posteriori*. Mai (2011) afirma que a melhor forma de representação de um documento não deve ser buscada no próprio documento, mas nos usuários, nos movimentos e possibilidades significativas que tal documento pode ter no fluxo social de comunicação. No caso da música, essa abordagem de Mai (2011) é ainda mais pertinente, dado o caráter das sensações por ela desencadeadas.

Segundo, esse tipo de classificação deixa espaço para elementos de significado no nível emocional que seriam incompatíveis com um sistema de classificação baseado nas tradicionais formas de divisão do conhecimento em disciplinas. Terceiro, a classificação colaborativa encontra validade e legitimidade na própria comunidade de usuários que com ela colabora, ou seja, traz na sua natureza a plena internalização do falibilismo a que qualquer classificação estaria exposta, sem com isso perder de vista seu propósito. Assim, classes gerais definidas *a priori* perdem a relevância como parâmetros de classificação, passando-se a pensar o processo classificatório relativo aos “níveis de significado”, possibilitando flexibilidade, expansão, adequação. E isso é alcançado no fluxo social constante.

Logo, a classificação social resguarda - além da possibilidade de externalizar o interpretante emocional em lógico - o movimento, a fluidez, a atualização do significado da música. Abrigando, portanto, a manifestação individual do interpretante dinâmico e também uma representação da regularidade fundada no significado construído coletivamente. Nesse contexto, cabe citar Beghtol (2002), que traz uma discussão em torno da ideia de “hospitalidade cultural”. Esse conceito implica que os sistemas de organização do conhecimento (SOC) elaborados com a intenção de operar em um ambiente multicultural (como a Web, por exemplo) precisam assegurar que as representações sejam globalmente acessíveis, sem perder sua pertinência cultural. Um exemplo utilizado pela autora é o conceito de “tempo” que, apesar de ser um conceito universal, sua representação em calendários tem um significado culturalmente localizado. Daí surge que a hospitalidade no contexto da organização do conhecimento é a capacidade dos SOC em abarcar novos conceitos e, conseqüentemente, novas relações, buscando como objetivo principal a permeabilidade das representações, dando espaço a “distintos pontos de vista e distintas atitudes e práticas culturais” (BEGHTOL, 2002, p. 47, tradução nossa⁷)

Uma desvantagem da classificação social, apontada por De Santis e Souza (2014), é que esse tipo de classificação não tem um controle de vocabulário, permitindo que sejam adicionados novos termos infinitamente. Os autores ainda afirmam que as músicas mais conhecidas acabam apresentando mais consistência nos termos que recebem, enquanto as músicas menos conhecidas não recebem classificação ou acabam recebendo classificações muito pulverizadas. Por fim, ressaltam que o objetivo da classificação é sempre a recuperação da informação, sendo “relevância” o conceito que liga o ato de classificar - apoiado em um sistema de classificação - e a recuperação.

Essa problemática é também abordada por Spiteri (2010), que aponta as inúmeras ambigüidades e variações de escrita que podem ocorrer entre os termos utilizados nas *tags*⁸ sociais. Portanto, o usuário teria que fazer uma busca nas *tags* individualmente para tentar alcançar uma garantia de que sua busca retornaria todos e somente os conteúdos relevantes para sua necessidade. Para Spiteri (2010), uma possível solução é a adoção de facetas que teriam como função agrupar essas *tags*, facilitando a busca. Teoricamente, parece uma solução viável. No entanto, a autora expõe algumas questões metodológicas que recaem sobre o funcionamento dessa classificação facetada: dado que se trata de uma classificação livre e colaborativa, como se daria a definição de facetas suficientemente gerais e mutuamente excludentes? Quem seria o responsável por definir as facetas? Como operar o acompanhamento da associação entre as *tags* e as facetas? Dentre outras questões, a estas Spiteri (2010) não dá respostas pontuais, mas aponta alguns rumos que podem ser tomados na busca pela eficiência da ação de classificar: a definição das facetas deve trazer explicações claras aos usuários; a criação de novas *tags* ou a reutilização de *tags* já existentes deve ser acompanhada de uma lista de questões norteadoras que auxiliarão o usuário a alocar a *tag* em determinada faceta; é necessário acompanhar a utilização das facetas a fim de realizar qualquer modificação necessária, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse percurso reflexivo permite mostrar que a base do significado da música é emocional (primeiridade), ainda que seja levado à terceiridade por estar representado em um conceito (terceiridade). Isso permite uma categorização, ou melhor, faz com que se admita a possibilidade de um tipo de pensamento classificatório indutivo exercido sobre os sentimentos. Encontramos, portanto, um plano teórico capaz de desvincular a classificação do fundamento de classes gerais baseadas em disciplinas, respeitando-se a natureza de cada tipo de informação.

⁷ “different points of view and different cultural attitudes and practices” (BEGHTOL, 2002, p. 47)

⁸ Segundo Souza e Alvarenga (2004, p. 134) tags são “marcações sintáticas que descrevem os dados e comandos para manipulação de um documento”.

Retomando a filosofia de Peirce, nos voltamos ao pensamento que se encontra em um meio caminho entre o realismo e o racionalismo: temos, com a realidade, uma aproximação puramente abstraída e significada.

Considere-se ainda que as experiências com os mais diversos fenômenos da realidade são constantes na nossa existência e, portanto, são constantes também as modificações dos significados que constituem nosso entendimento do mundo. Não obstante, a classificação é um ato lógico, permeado, portanto, pela conveniência e não pela exatidão.

Destarte, mente e homem constituem um *continuum* fluido e falível. Assim, ainda que buscando formas de organização dos elementos da realidade – organização necessária para a convivência social – precisamos sempre considerar nossa real circunstância, ilustrada pelas palavras de um autor desconhecido: “Relaxe, nada está sob controle...”

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, K.T. Indexing of musical genres: an epistemological perspective. *Knowledge Organization*, v. 30, n. 3/4, p. 144-169, 2003.

BEGHTOL, C. Universal concepts, cultural warrant, and cultural hospitality. In: LÓPEZ-HUERTAS, M.J. (Ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21 century: integration of Knowledge across boundaries*. Wurzberg: ERGON-Verlag, 2002, p. 45-49.

BOURDIEU, P. *Homo academicus*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

BROUGHTON, V. The need for a faceted classification as the basis of all methods of information retrieval. *New Information Perspectives*, v. 58, n. 1-2, p. 49-72, 2006.

DE SANTIS, R.; SOUZA, R.F. de. Classifying popular songs: possibilities and challenges. *Knowledge Organization*, v. 41, n. 2, p. 181-187, 2014.

DEWEY, J. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FARRADANE, J.E.L. Fundamental fallacies and new needs in classification. In: CHAN, L. M.; RICHMOND, P.A.; SVENONIUS, E. (Ed.). *Theory of subject analysis: a sourcebook*. Littleton, EUA: Libraries Unlimited, 1985.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. *TransInformação*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/475/455>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

LAPLANTE, A. Users' relevance criteria in music retrieval in everyday life: an exploratory study. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 11., 2010, Utrecht (Holanda). *Anais eletrônicos...* Utrecht, 2010. p. 601-606. Disponível em: <<http://ismir2010.ismir.net/proceedings/ismir2010-103.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

LEE, J.H. How similar is too similar?: exploring users' perceptions of similarity in playlist evaluation. In: INTERNATIONAL SOCIETY FOR MUSIC INFORMATION RETRIEVAL CONFERENCE, 12., 2011, Utrecht (Holanda), p. 109-114. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://ismir2011.ismir.net/papers/PS1-12.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

MAI, J.-E. The modernity of classification. *Journal of Documentation*, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011.

- MARTINEZ, J.L. *Semiosis in hindustani music*. Delhi (Índia): MotilalBanarsidass, 2001.
- NÖTH, W. *Panorama da semiótica de Platão a Peirce*. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- PEIRCE, C.S. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- _____. *Collected papers of Charles Sanders Peirce*. In: HARTSHORNE, C.; WEISS, P.; BURKS, A. (Eds.). Cambridge (USA): Harvard University Press, 1994. 8v. Electronic edition.
- _____. *Semiótica*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n. 2, primavera, p. 19-33, 1998. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/opombo-classificacao.pdf>> Acesso em: 19 ago. 2014
- SANTAELLA, L. Epistemologia Semiótica. *Cognitio*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-110, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/13531>> Acesso em: 17 jan. 2014.
- _____. *Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia*. 3. ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2009.
- SILVEIRA, L.F.B. da. *Curso de semiótica geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- SOUZA, R.F. de. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. *Encontros Bibli*, Florianópolis, n. esp., p. 27-41, 1º sem. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p27/384>> Acesso em: 14 jul. 2014.
- SOUZA, R.R.; ALVARENGA, L. A Web Semântica e suas contribuições para a ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 132-141, jan./abril 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a16>> Acesso em: 05 out. 2014.
- SPITERI, L.F. Incorporating facets into social tagging applications: an analysis of current trends. *Cataloguing & Classification Quarterly*, v. 48, p. 94-109, 2010.